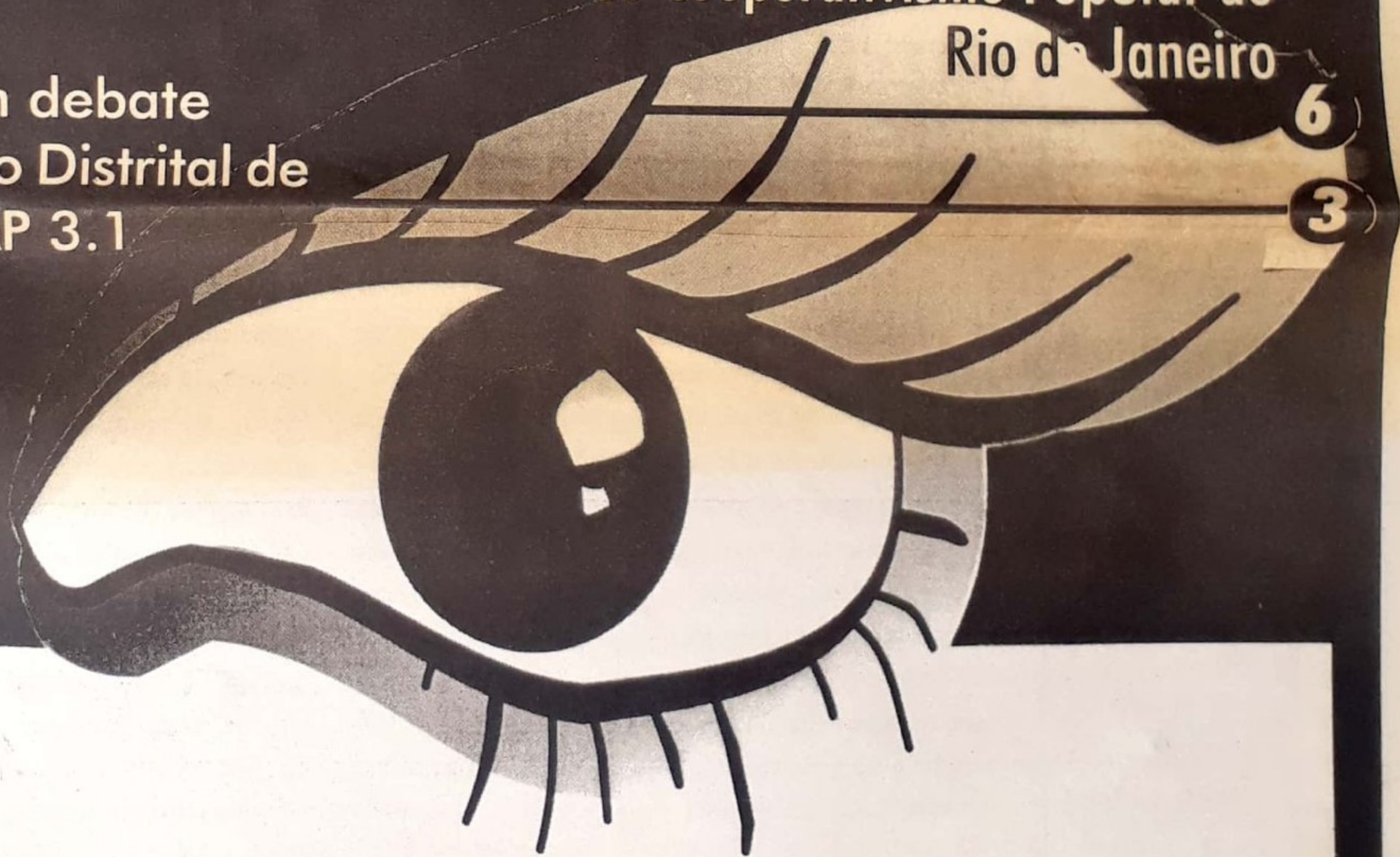


SE
LIGA
NO

Sinal

Informativo do CEPEL
Centro de Estudos e Pesquisas
da Leopoldina
Ano XI - Número 51 - ABR./MAI./JUN./2002

A saúde em debate
no Conselho Distrital de
Saúde da AP 3.1



NOSSO OLHAR TRANSFORMA O MUNDO

Entrevista: Prof. Vitor Valla – o CEPEL em reinvenção permanente

Caderno S
ENCARTE - Nº9
Nós e a ALCA

**O MOVIMENTO DE MULHERES
NA LEOPOLDINA**

Fórum de Desenvolvimento
do Cooperativismo Popular do
Rio de Janeiro

PÁGINA CENTRAL

6

3

7

JORNAL TRIMESTRAL
PUBLICADO PELO
CEPEL - CENTRO DE
ESTUDOS E
PESQUISAS DA
LEOPOLDINA,
ENTIDADE SEM FINS
LUCRATIVOS PARA
ASSESSORIA AOS
MOVIMENTOS DA
REGIÃO DA
LEOPOLDINA

COMISSÃO
EDITORIAL

Cristina M. (Kita) Eitler
Carla Moura
Fernando C. R. Fernandes
Homero T. de Carvalho
M. Eugênia (Kena) U. Silva
Victor Vincent Valla

COLABORADORES

Renata F. Cerqueira

APOIO

ADMINISTRATIVO

Maria de Fátima Correia S.

JORNALISTA
RESPONSÁVEL

Homero T. de Carvalho
(Mtb 1127/05/65v -PR)

PROJETO GRÁFICO

Caco Chagas
Kita Eitler

EDITORIAÇÃO

Zona Criativa (2205 3220)

CAPA

Kita Eitler

APOIO

KFS
JUVENTUDE CATÓLICA
AUSTRÍACA
ENSP/FIOCRUZ

O CEPEL autoriza a
reprodução total ou
parcial dos artigos
deste jornal, bem como
sua utilização para fins
educativos. Solicitamos
citação da fonte e o
envio de cópia em caso
de publicação.



EDITORIAL

INFORMAÇÃO POPULAR PARA A ORGANIZAÇÃO POPULAR

As formas que a população inventa para enfrentar a crise.



O conjunto de matérias deste número do Se Liga no SINAL observa como a população da região da Leopoldina vem se organizando para de se defender em face da crise econômica do país que cresce a cada dia que passa.

Nós do CEPEL entendemos que a organização popular corresponde à percepção das diferentes formas que a população da região da Leopoldina adota para enfrentar a crise econômica e seus efeitos negativos, como o desemprego e os serviços públicos deficientes (saúde, educação, transporte, segurança).

Entre as iniciativas que tem surgido estão a formação do grupo de mulheres da Penha, matéria da página central desta edição, e a discussão da criação de cooperativas populares, matéria da página 6. Ao mesmo tempo, prosseguem atividades já existentes: o Conselho Distrital de Saúde, na página 3, e a Rede de Solidariedade e todo o mutirão em defesa da Serra de Misericórdia, que já foram assuntos abordados em números anteriores do SINAL. Trata-se de uma postura de resistência de muitos grupos pequenos espalhados pela Leopoldina. Muitas vezes eles representam a percepção da população de que não é possível defender-se sozinho e que é se juntando com seus semelhantes que se defende melhor. Neste sentido o CEPEL vem se atuando para acompanhar e subsidiar essas iniciativas.

Na medida em que a crise econômica e política cresce, começa a ser divulgada a todos as causas da crise. De uma forma ou outra são notícias que são veiculadas pela televisão e pelos jornais em matérias dos candidatos na eleição para a presidência da república. Termos como

dívida interna, dívida externa, investimentos estrangeiros, inflação e taxa de juros são usado sem maiores explicações, como se todo mundo compreendesse.

Uma grande contradição aparece com clareza: os graves problemas que o Brasil enfrenta foram criados durante os últimos 8 anos, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. O atual governo federal não se cansa de chamar a atenção da população para ter cuidado em quem vai votar e se o candidato eleito terá condições de resolver os grandes problemas que ele mesmo, FHC, criou.

Neste sentido, diante desse quadro de risco permanente de agravamento da crise, a população tem sempre que encontrar formas de se defender. Assim, na mobilização contra a ALCA, está organizado o Comitê Popular da Leopoldina. O tema do **Caderno S** encartado nesta edição do SINAL, é a ALCA, a proposta americana para a criação da Área de Livre Comércio das Américas. As consequências para o Brasil e para outros países da América Latina são as piores possíveis: aumento do desemprego, mais pobreza, dificuldades para as indústrias nacionais.

No **Caderno S**, você poderá constatar que mais uma vez surge a partir da sociedade civil (partidos públicos, sindicatos e igrejas) a proposta de um plebiscito em setembro (onde qualquer um poderá votar a favor ou contra a ALCA), como já aconteceu quando o povo brasileiro votou contra o pagamento da dívida externa.



SAÚDE

CONSELHO DISTRIAL DE SAÚDE DA AP 3.1

espaço para a participação popular

Renata Cerqueira

O CEPEL continua acompanhando as atividades do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1, a Área de Planejamento do município, que engloba a região da Leopoldina e a Ilha do Governador, levando através do Sinal as últimas informações sobre o que está acontecendo de mais importante no Conselho. É importante também recordarmos o que é o Conselho Distrital, sua função e a importância da participação popular nas suas Assembléias.

Seguindo o exemplo do Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Saúde, os Conselhos Distritais foram constituídos na intenção de promover a participação popular nas decisões que são tomadas relativas às políticas públicas de saúde. As características principais dos conselhos distritais de saúde são: sua composição, que é colegiada, ou seja, todos os conselheiros têm o mesmo grau de autonomia, voz e voto dentro do conselho; e o poder fiscalizador das unidades de saúde. É importante lembrar ainda que o Conselho Distrital, obrigatoriamente, deve ser constituído por representantes dos usuários dos serviços de saúde (indicados pelas entidades do movimento popular), profissionais de saúde, que trabalhem nas unidades da região, e representantes dos serviços públicos e privados de saúde da AP 3.1.

A função dos conselhos distritais, organizados nas áreas de planejamento do município é de promover o controle da sociedade sobre as políticas públicas de saúde, possibilitando aos usuários desses serviços opinar e discutir soluções para tais problemas, procurando evitar que eles sejam discutidos apenas nos espaços da administração pública, sem o conhecimento e participação da sociedade.

O Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1 (CDS - AP3.1) representa os bairros da

Leopoldina e a Ilha do Governador, sendo a maior área programática da cidade do Rio de Janeiro. A AP 3.1 tem ao todo 24 unidades de saúde, sendo que 18 são unidades básicas (postos de saúde), mas que não dão conta das necessidades da população.

As assembléias do Conselho acontecem coordenador da área programática e os diretores das unidades de saúde sobre as dificuldades em conseguir marcações de exames e de consultas mesmo com encaminhamento.

A questão do orçamento público, que é destinado à saúde, também é discutida. É importante sabermos que a área programática administra o seu próprio orçamento. Isso quer dizer que a AP 3.1 recebe da Secretaria Municipal de Saúde a sua parte do orçamento, o que facilita a administração do dinheiro (mesmo que não seja o suficiente para as necessidades dos serviços de saúde), além da compra de materiais e medicamentos, conserto dos equipamentos e contratação de recursos humanos.

Por tudo isso é extremamente importante que a população esteja atenta ao que acontece na sua região e encaminhe os problemas em espaços como os conselhos distritais, fortalecendo-os como instância para a participação popular; os conselhos distritais de saúde têm participação nos conselhos municipais, estaduais e nacional de saúde. Por isso é preciso que haja a participação do maior número de pessoas discutindo e questionando para que os conselhos possam estar representando sempre a maioria da população.

As precárias condições de funcionamento das unidades de saúde da região são o principal assunto nas reuniões do Conselho Distrital de Saúde da AP3.1.

todos os meses (a cada terceira terça-feira de cada mês), no auditório da Obstetrícia no Hospital Geral de Bonsucesso. A participação da população é muito importante, pois são discutidas a situação das unidades de saúde da região e também as sugestões ou propostas de encaminhamento para resolução dos problemas.

Nas assembléias, os temas que têm merecido destaque são as precárias condições de funcionamento das unidades de saúde da região. Com a participação dos diretores das unidades e do coordenador da AP 3.1 nas reuniões, é possível discutir as dificuldades de conseguir atendimento nos hospitais que fazem parte da região; os programas que estão funcionando nas unidades e os que não estão. Além disso, os usuários têm questionado o



Carla Moura Lima

Nos dias 6 e 7 de junho aconteceu a Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras no Congresso Nacional em Brasília. O objetivo principal dessa conferência foi a aprovação da versão final da Plataforma Política Feminista 1932-2002 — 70 anos de voto feminino — Da conquista formal à transformação radical.

Você pode estar se perguntando: o que essa Conferência tem a ver com as mulheres da Leopoldina e com a finalidade dessa seção que é falar de problemas que estão no mapa?

Acreditamos que o preceito tão utilizado em ecologia também de alguma forma se aplica aqui: pensar globalmente e agir localmente. Refletir sobre a situação da mulher no Brasil e tomar contato com as propostas da Plataforma pode ter repercussões construtivas no trabalho cotidiano das mulheres em suas comunidades.

Num trabalhoso processo, a Plataforma foi discutida primeiramente nas Conferências Estaduais, que propuseram alterações. Mais de 20 estados do Brasil conseguiram promover Conferências Estaduais. A partir das contribuições enviadas pelos estados, foi redigida a 2ª versão da Plataforma, que foi aprovada pelas delegadas estaduais durante a Conferência Nacional.

Os principais itens da Plataforma são: Democracia Política; Estado Democrático e Política; O Ajuste Estrutural Aprofunda as Desigualdades; Ajuste, Estado e Políticas Sociais; Desigualdades Socio-econômicas Geram Déficit Democrático; Justiça Social e as

Questões Agrícola e Agrária; Justiça Social e a Questão Ambiental; Justiça Social e a Questão Étnico/Racial; Justiça Social e o Trabalho das Mulheres; Justiça Social e Trabalho Doméstico; Inserção do Brasil no Cenário Internacional; Democratização da Vida Social; Liberdade Sexual e Reprodutiva.

Segundo a organização do evento, esta foi a maior Conferência de Mulheres já realizada no Brasil. E a Leopoldina também contou com mulheres de diferentes comunidades presentes. Algumas mulheres da região se articularam, entre elas componentes do Coletivo de Mulheres e Amigas de Manguinhos e de Associações locais de Mulheres, que fazem parte da coordenação do Coletivo.

Como está citado no artigo De Volta às Raízes, na página 7, deste mesmo SINAL, o CEPEL vem intensificando e ampliando o seu relacionamento com grupos organizados da Leopoldina. A relação com o Coletivo de Mulheres de Manguinhos foi uma consequência natural, devido ao trabalho desenvolvido pela assessoria do CEPEL desenvolvida como membro da equipe da que participou Fundação Bento Rubião, no final de 2000 e até meados de 2001. A Fundação Bento Rubião realizou neste período um Diagnósticos, com vistas ao Programa de

Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do complexo de Manguinhos. Já nessa época (final de 2000 e início de 2001) o potencial das mulheres de Manguinhos foi identificado como um grande impulsionador popular do desenvolvimento da região. A partir dessa percepção, a equipe iniciou um intenso trabalho de apoio à articulação das lideranças femininas e associações de mulheres, que culminou no 1º Encontro de Mulheres de Manguinhos, em julho de 2001. Neste Encontro foi discutida a situação de Manguinhos em diversas áreas, como educação, saúde e trabalho, sob a ótica feminina.

As mulheres também puderam falar de seus sonhos. E assim elas não só contribuíram para o diagnóstico de Manguinhos, como também elementos para a formação de uma Plataforma das

mulheres, que se propõe a trazer elementos para a melhoria da região.

O COLETIVO DE MULHERES DE MANGUINHOS

No período posterior ao Encontro, estabeleceu-se a necessidade de organização institucional do Coletivo, já que ele não conta com nenhuma infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades para as comunidades de Manguinhos. Para a obtenção



"NOSSO OLHAR TRANSFORMA O MUNDO" NOTÍCIAS DAS MULHERES DA LEOPOLDINA

dos recursos iniciais, o Coletivo apresentou um projeto à Unidade de Saúde da ENSP/Fiocruz, que iluminou as esperanças das mulheres ao se propor a financiar pequenos projetos locais. Também apresentaram projetos outras associações locais de mulheres que fazem parte da coordenação do Coletivo.

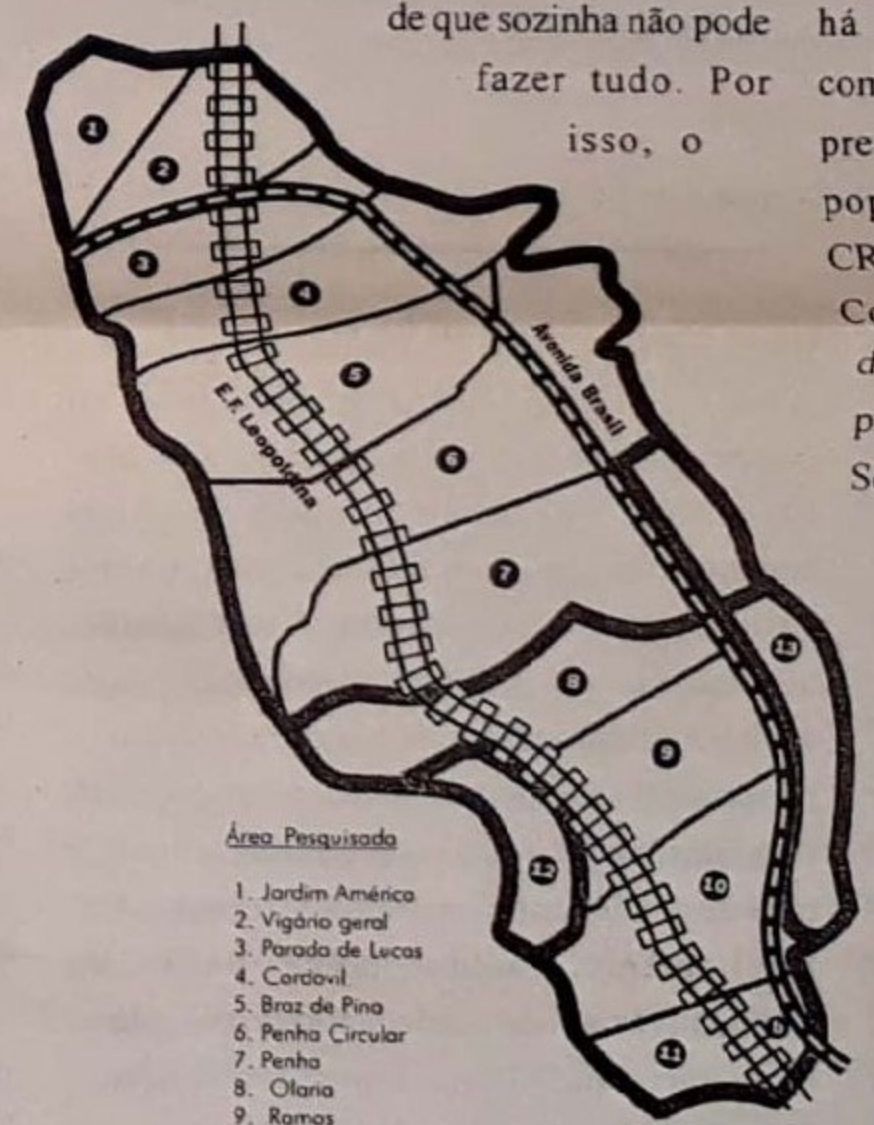
Se por um lado o Coletivo luta por recursos para se estruturar, por outro, continua se reunindo para discutir problemas locais. Prepara o 2º Encontro que objetiva reunir novamente as mulheres de Manguinhos para a discussão de seus objetivos enquanto e conchamar a participação de mais mulheres na sua coordenação. Sem esquecer jamais que a reflexão fica melhor quando há prazer e descontração como ocorreu no ano passado.

AS MULHERES DA PENHA

Recentemente foi criada a Associação de Mulheres da Vila Proletária da Penha, vinculada ao Instituto João Calvino, coordenado pelo pessoal da Igreja Presbiteriana da comunidade. A Associação de Mulheres também compareceu à Conferência Nacional marcando assim a sua presença nesta articulação de mulheres.

A Associação de Mulheres da Vila Proletária da Penha é composta por mulheres que já têm história de trabalhos com a comunidade e pretende iniciar a sua atuação social com a tentativa de juntar mulheres da região através do 1º Encontro de Mulheres da Penha. O objetivo principal desse encontro é

discutir a condição da mulher na Penha e, a partir daí, encontrar formas coletivas para atender às necessidades das mulheres, incluindo as idosas. Além do desenvolvimento de projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida das mulheres da Penha, principalmente as que vivem em comunidades, a Associação tem consciência de que sozinha não pode fazer tudo. Por isso, o



As parcerias já existentes são com algumas entidades do complexo da Penha: o Grupo Sementinha Serviços Comunitários e com o CRESAM (Centro de Referência de Saúde da Mulher). Ambos já desenvolvem há anos trabalhos dentro e fora do complexo da Penha. Vale lembrar que o Sementinha existe há 14 anos e é composto por agentes comunitárias voluntárias que trabalham com prevenção e com a preservação da cultura popular através de práticas caseiras. E o CRESAM, que também estava representado na Conferência Nacional, já existe há 6 anos e desenvolve atividades educativas, principalmente no que diz respeito a Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Além das parcerias que estão acontecendo, os grupos pretendem aumentar o número de instituições parceiras, pois são sabedores de que há outros grupos de mulheres nas adjacências como no complexo do Alemão e Vila da Penha, por exemplo.

Estes são exemplos de algumas iniciativas de mulheres da Leopoldina que não ficam "de braços cruzados" e que juntas vão procurando renovar as suas forças alimentando esperanças de que a Leopoldina se torne um dia um lugar melhor para se viver.

Encontro pretende ser o "pontapé inicial" para estabelecer parcerias entre os grupos (algumas já existem), mulheres organizadas e o poder público para o estabelecimento de ações conjuntas, de relevante impacto social na região.





Solidariedade, participação social e compromisso permanente com as classes populares, na busca de uma vida digna, são fios fortes e consistentes com os quais o CEPEL vem tecendo a sua história junto à população da Região da Leopoldina e adjacências. Uma história de sonhos e esperanças, sempre tentando tecer novas formas de sociabilidade, alternativas à ordem da exclusão econômica, política e social que nos assola e sementes de mudança social. E que hoje, no ano de 2002, levamos de volta às raízes que nos sustentam, colocando a ênfase do nosso trabalho, mais do que nunca, a serviço da articulação dos excluídos.

Começamos o ano indo ao encontro de antigos e novos parceiros, dos quais estamos ouvindo e registrando não apenas os efeitos do desemprego estrutural, da desigualdade de todos os tipos e da destruição ecológica. Também estamos conhecendo propostas de desenvolvimento social, que estão sendo colocadas em prática em várias partes do país e da América Latina, com sucesso suficiente para que mais e mais pessoas adiram a elas. Por exemplo, as novas práticas socio-econômicas para matar a fome e recuperar a dignidade, que os argentinos estão desenvolvendo, bairro a bairro. Propostas diversas fundadas na equidade, na solidariedade e na irmandade, que também estão sendo colocadas em prática no Brasil, como é o caso do Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro (FCP), do qual fazem parte vários grupos parceiros do Cepel.



Articulação para superar a exclusão

O que é o Fórum

O Fórum foi formado em 1994 e desde cedo constitui-se em um Fórum estadual, com a participação de grupos urbanos e da área rural. Quem participa deste Fórum fala no Cooperativismo Popular, porque não quer confusão. No mundo inteiro existem cooperativas que baseiam seu trabalho nos valores da autonomia, autogestão, responsabilidade, democracia, igualdade, justiça social e solidariedade. Seguindo a tradição, o cooperativismo apoia-se na ética, honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com os demais integrantes. Infelizmente, ainda hoje, parte do cooperativismo vem sendo praticado por grupos econômicos que — ao promover a terceirização do trabalho por meio da cooperativa, por exemplo — querem escapar de suas responsabilidades fiscais e trabalhistas. Com

Os valores do cooperativismo:
autonomia, autogestão,
responsabilidade, democracia,
igualdade, justiça social e
solidariedade

isto, agrava-se a crise do desemprego e os trabalhadores perdem seus direitos nas relações de trabalho. Da mesma forma, o Estado hoje incentiva este tipo de cooperativismo para fugir das suas responsabilidades na área social.

O cooperativismo popular

O Fórum (FCP) entende o cooperativismo popular como um processo de afirmação do trabalho e da dignidade humana através dele. Entende, também, que se coloca ao lado de todos os que exigem do Estado o cumprimento de suas obrigações nas áreas de educação, saúde, habitação e em todas as políticas públicas. Com esta compreensão, o FCP se propõe construir um movimento aberto e não dogmático, que una esforços isolados de cada grupo de produção, associação e cooperativa em uma rede de solidariedade, que possa contribuir com a superação das carências de informação, educação e financiamento dos seus integrantes. O controle e a gestão desta proposta está nas mãos de todos os integrantes do Fórum, dentro dos princípios da autogestão, compreendida aqui como a capacidade de tomar decisões e manejar o próprio desenvolvimento, como pessoa, como iniciativa e como sociedade.

Assim, o Fórum propõe desenvolver uma outra cultura econômica, capaz de promover uma produção da vida, do bem-estar, da dignidade e da felicidade de cada pessoa, fundada na ética, na solidariedade e na participação ativa das cidadãs e cidadãos no controle e gestão de produção da sociedade.

Maria Eugênia (Kena) Urrestarazu Silva



Prof. Valla: a atualização da proposta do CEPEL

Hoje, a opinião do governo sobre a realidade brasileira é muito alentadora. O governo divulga aos quatro cantos que a inflação está sob controle, que as bases da economia são sólidas e que avançam com passos firmes, que qualquer barulho no mercado financeiro é pura especulação. Como acreditar em tudo isso? De uma coisa temos certeza, este período do governo FHC passará para a história como a época dos records. Em abril, o desemprego em São Paulo foi o maior dos últimos 17 anos. Um de cada cinco pessoas não encontra trabalho e já desistiu de procurar emprego. A renda média do trabalhador assalariado caiu. A cada dia é maior a privatização da educação, da saúde, da energia, do saneamento. A dívida interna e externa se multiplicou. O dólar aumentou. O governo se omite. A violência se espalha, os números indicam que o Brasil vive uma guerra civil. Ante tudo isto, o CEPEL vem se reformulando.

Por isso entrevistamos o Prof. Victor Valla,

para falar sobre o retorno às raízes com a nova proposta do CEPEL.

O Prof. Valla foi um dos fundadores da entidade e coordena a pesquisa *Religiosidade Popular e Saúde*. É professor do Departamento de Endemias Samuel Pessoa, da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, e do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

SINAL - Valla, de onde vem a proposta de criação do CEPEL? O que é uma ONG?

VALLA - A idéia vem de uma discussão que o IBASE tinha, na época - todo governo quer ser visto como legítimo, de acordo com a forma com que divulga as informações. Bom, basta que o governo tenha seus próprios funcionários produzindo dados? Basta que o

governo tenha seus próprios funcionários divulgando dados? Como é que se verifica se esses dados são corretos? Ai, você precisa de um grupo de civis que tenha tempo

e tenha formação para isso - confrontar informações com a realidade. Bom, se tiver tempo é porque alguém pode oferecer subsídios. Assim é que surgem as ONGs, numa tentativa de questionar as informações que o governo produz.

Foi assim que o CEPEL surgiu na primeira epidemia de dengue - o governo dizia que não havia epidemia de dengue, mas os moradores de favelas da Leopoldina e de outras áreas da cidade, estavam contando quantas pessoas tinham dengue, e dando os números. Foi assim que nasceu o CEPEL - com os dados que a população tem, confrontados com a posição governamental,

mostrando que havia uma epidemia, sim. Então, voltar às origens é voltar a essa idéia.

SINAL - Qual é a lógica, então, da constituição do CEPEL?

VALLA - Há três fontes para você conseguir os dados sobre uma determinada realidade. Um é o

A população se defende nos projetos de solidariedade, a maior parte religiosos.

próprio governo, outra são as universidades, e a terceira é conversar com as classes populares, os moradores da região. Então, a idéia do CEPEL é que a conjunção dessas três fontes permite você criar uma idéia mais

clara da realidade, que a do próprio governo ou da própria universidade. Por isso é que falamos em voltar às origens. O CEPEL volta a uma proposta que já existia em seu início. A proposta de estar presente em qualquer tipo de reunião que está sucedendo na Leopoldina para ver o que a população está dizendo e propondo. Você pode ir mapeando isso como pesquisa, em que direção a população da Leopoldina vai falando. E como essa discussão revela uma realidade diferente daquela proposta pelo governo. Então, uma das tarefas do CEPEL, com todos seus contatos com os grupos populares na Leopoldina inteira, é permanentemente estar sabendo: quem está se reunindo? E o que está sendo proposto? E você

volta a idéia do CEPEL, que sempre teve no início, de uma espécie de articulador dos vários grupos populares da região.

SINAL - Valla, avaliamos que o CEPEL se reformulou através de 11 anos de atuação. Então, isso significa que em certa época ele não estava dentro dessa proposta original?

VALLA - Sim, numa época deixou essa ótica de lado. Sempre a idéia era como oferecer subsídios para a população se organizar e reivindicar. Mas numa época começamos a questionar se adiantava se organizar e reivindicar, ou se o governo não estava interessado nisso, não estava disponível para esse diálogo. Na medida que a situação foi piorando, ouve um movimento de retraimento da população. Então, a população se organizou através de projetos de solidariedade. Foi por aí que surgiu essa questão da religiosidade - a maior parte desses projetos eram religiosos. Uma defesa da população ante a pouca atenção do governo. Onde nós nos encontramos agora? À medida que o clima político vai esquentando de novo, volta a pergunta, se não cabe ao CEPEL voltar ao antigo questionamento?



FIQUE POR DENTRO

I ECOFEIRA

8 No dia 8 de junho, na Praça do Viseu, aconteceu a I EcoFeira da Vila da Penha, organizada pela Bicuda Ecológica que contou com a participação de outros grupos organizados da região, tais como: Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo, Sementinha - Serviços Comunitários, Associação de Mulheres da Vila Kosmos, Os Verdes e artesãos que apresentaram seus trabalhos. A EcoFeira começou ao meio dia e foi até o final da tarde. À noite teve a apresentação de grupos de pagode e MPB.

DOMINGO ECOLÓGICO

No dia 9 de junho o grupo Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo realizou a 9ª edição do Domingo Ecológico. O encontro começou às 8:30 da manhã e foi até as 23:00 horas. Contou com a participação de um público bem variado, desde crianças até idosos, moradores da comunidade da Rua Sergio Silva, de Inhaúma e adjacências. A programação foi bastante rica, entre as atividades destacaram-se: uma caminhada na Serra da Misericórdia, peças de teatro infantil, sopão, plantio de mudas, declamações de poesias e show musical.

NO AR, AS ONDAS CRISTÃS

No mês de maio, iniciaram-se as atividades da Rádio Comunitária 103,30 FM, 100% Cristã, coordenada pela Igreja Presbiteriana da Vila Proletária da Penha. Há vários programas interessantes como: o Big Mix da Bizuca, o Feminino da Katia Simões e tantos outros que têm encantado as comunidades da Penha.

1º ENCONTRO DE MULHERES DA PENHA

No dia 13 de julho se realizará o 1º Encontro de Mulheres da Penha. O local será a Escola Monsenhor Rocha, na Penha. O evento começará às 14:00 horas e será coordenado pela Associação de Mulheres da Vila

Proletária da Penha, cuja presidente é a Jussara (Bizuca). "A Situação da Mulher: Desafios e Soluções" é o tema do encontro.

2º ENCONTRO DE MULHERES DE MANGUINHOS

Ainda em julho, com data a confirmar acontecerá o 2º Encontro de Mulheres de Manguinhos, na Associação de Moradores de Varginha (Parque Carlos Chagas). O coletivo é composto por associações de mulheres e lideranças femininas e o objetivo do encontro é refletir sobre a situação do Complexo de Manguinhos, buscar alternativas e continuar com o processo de estruturação do próprio Coletivo. Para maiores informações, ligar para o CEPEL, telefone: 2590-1998 ou 3882-9207.

SOBERANIA SIM, ALCA NÃO

No mês de maio, a região da Leopoldina se incorporou à Campanha "Soberania Sim, ALCA Não", formando o Grupo de Trabalho da Leopoldina. Esta Campanha propõe lutar contra o projeto de dominação absoluta das empresas transnacionais, representado pelo tratado da ALCA, a dívida externa e a crescente militarização. Para maiores informações, ver o 'Caderno S', encarte temático desta edição do Se Liga no SINAL.

ACONTECENDO NA LEOPOLDINA

- ▶ O Clube de Mulheres e Mães do Morro do Itararé, cuja presidente é a Zilda, está incrementando suas atividades. Agora, está iniciando atividades com idosos e crianças. Quem puder dar "uma força" ... será bem vindo.
- ▶ Mais novidades para julho: se realizará na Comunidade Agrícola de Higienópolis a 'Feirinha' do grupo de mulheres *ArteVida*, que produz 14 modalidades de artesanato. Além da compra direta usando dinheiro, também haverá trocas solidárias de produtos.
- ▶ O CEPEL articulou uma parceria entre Sementinha-Serviços Comunitários e o Projeto 'Verde Que Te Quero Verde' da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, para o incremento das hortas comunitárias do Morro do Grotão.

CENTRO DE ESTUDOS E
PESQUISAS DA LEOPOLDINA



Av. Brasil, 4036 - sala 907 -
Manguinhos - Cep: 21040-360
Tel: 2590 1998
2590 9122 ramal 307
E. Mail: cepel@altermex.com.br
Rio de Janeiro

IMPRESSO

SE
LIGA
NO
Sinal

Se você gostou do SINAL, faça uma assinatura. Você estará contribuindo para a continuidade deste trabalho. Assinatura anual: R\$ 20,00.

NOME: _____

PROFISSÃO: _____

ENDEREÇO: _____

TEL: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____ CEP: _____

Caderno S

Ano I - Nº 9
Encarte do SINAL Nº 51
abr/maijun 2002

O que é a ALCA.....página 2

Ant-ALCA – a Declaração de Quito.....página 3

Participação popular contra a ALCA.....página 4

Os artigos desta edição foram elaborados por Fernando Carlos Rosa Fernandes, professor de geografia da Rede Estadual de Ensino, pesquisador do CEPTEL e membro do Comitê Leopoldina contra a ALCA.

Para isso foram consultados os seguintes documentos

➤Boletim nº 1- março de 2002: Campanha Jubileu Sul/ Américas fornecido pelo PACS.

➤Livro "Soberania Sim, Alca Não!: Editora Expressão Popular, 1ª edição – março de 2002.

➤Transcrição do Encontro Estadual de formação e mobilização contra a Alca. Rio de Janeiro, 04 e 05 de maio de 2002.

➤Orientações para a formação dos Comitês populares contra a Alca p fornecido pelo PACS

➤Declaração de Quito: 25 de maio de 2002 p fornecido pelo PACS

➤Alca: Soberania Não se Negocia! Frei Betto: Caros Amigos, maio de 2002.

➤Jornal da Campanha Nacional Contra a Alca: abril de 2002.

ALCA: o caminho sem eira nem beira

Uma questão que não é debatida na mídia, mas que é de grande importância para o futuro da população é o acordo da ALCA, a Área de Livre Comércio das Américas. O Caderno S apresenta a discussão sobre esse acordo pro(im)posto pelos EUA em 1994, previsto para ser implementado em 2005, sem que nós tenhamos sido consultados.

Já há muito tempo somos levados a nos acostumar com a manipulação de informações feita pela mídia. Fatos surgem, muitas vezes são criados, e durante algum tempo ocupam quase todos os espaços na mídia, "misteriosamente" somem e caem no esquecimento. Como vai, se é que existe, a investigação do caso Jader Barbalho? E do Sr. Lalau? E o julgamento dos policiais acusados de serem responsáveis pelo assassinato de inúmeros trabalhadores sem-terra em Eldorado dos Carajás? E o caso dos meninos da Candelária? E do massacre de Vigário Geral? Tantos outros fatos caem no esquecimento, justamente porque são abafados por coisas sem importância.

As emissoras de televisão, em sua grande maioria, têm como principais programas verdadeiros "besteiróis", que num

primeiro momento parecem não servir pra nada. Um olhar mais atento nos mostra que se tratam de mecanismos para hipnotizar a população. Enquanto a audiência está presa ao *Big Brother* e a *Casa dos Artistas*, entre outros, decisões são tomadas em Brasília, como as mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que, por exemplo, acabam com direitos

conquistados pelos trabalhadores, e que agora não são mais garantidos em lei, como férias, 13º salário, hora extra, folga, licença maternidade etc. O que está se passando pelo Congresso Nacional nesses tempos de Copa do Mundo? Ninguém é contra o futebol, ao contrário. O que não podemos esquecer é que existem temas importantes para serem debatidos, e que estão sendo ocultados pela mídia. O risco de incorporação do país à ALCA na surdina é um deles.

Nos últimos tempos, tem se falado muito de violência. E, junto, vem o discurso de intervenção das forças armadas no Rio de Janeiro, a mobilização da zona sul em caminhadas – todos de branco, pensando positivo – mas sem discutir as causas do problema – a ausência do poder

público, que não cumpre seu papel na educação, na saúde e na geração de empregos. O Estado tem estado presente apenas pela via da repressão. Recente pesquisa feita no governo Garotinho junto à população para implementação do orçamento participativo – que até hoje não foi colocado em prática e caiu no esquecimento – revelou ao contrário do esperado, que o maior problema na opinião do carioca não é a violência/falta de segurança, é na verdade a deficiência da saúde pública, da educação, da falta de emprego. Entende-se dessa forma que o melhor combate à violência é combater outras violências: a da falta de comida, a da falta de emprego, a da falta de saúde, da falta de moradia dignas, da falta de educação...

Neste Caderno S você vai encontrar informações sobre as principais consequências que a ALCA pode trazer ao país caso seja implantada, mas também as indicações de como a sociedade civil está se organizando para barrar esse plano, que já de antemão aponta para a recolonização da América Latina.



SOBERANIA SIM, ALCA NÃO

O que é a ALCA?

ALCA quer dizer Área de Livre Comércio das Américas. É um tratado internacional, a ser firmado entre os países do continente americano, para a criação de uma zona de livre comércio. Suas negociações foram iniciadas em 1994, e tem previsão de ser colocado em prática em 2005. Este acordo foi idealizado pelos Estados Unidos, que detêm mais de 80% do PIB (Produto Interno Bruto) do continente. Sua intenção é aumentar a zona de influência americana no continente e recuperar sua economia. A economia americana entrou em crise e nos últimos anos a crise se evidenciou com muito mais clareza: baixou a taxa de lucro, aumentou o desemprego – a maior dos últimos vinte anos. Para sair desta crise, corporações multinacionais norte-americanas se reuniram e estabeleceram um plano estratégico de longo prazo e realimentar o processo de acumulação capitalista, seguindo três planos estratégicos:

1º Plano Estratégico: o Reaquecimento da Indústria Bélica

Para poder tirar sua economia da crise, os EUA precisam fazer guerras. A economia norte-americana sempre consegue crescer e ter um alto vigor quando têm guerras: a 1ª Grande Guerra, a 2ª Guerra Mundial, a Guerra da Coreia, a do Vietnã. Daí o ataque ao Afeganistão, que apenas teve como pretexto o episódio de 11 de Setembro. A estratégia de ataque já estava traçada antes, e a cada dia aparecem mais informações nos jornais e na internet: os serviços secretos americanos tinham conhecimento dos atentados e não os evitaram para produzir uma justificativa para uma estratégia que já estava clara – o bombardeamento do Afeganistão, apenas para testar armas modernas, gastando o estoque e realimentando o complexo industrial militar, que movimenta a economia americana. O mesmo objetivo econômico está por trás do recrudescimento da guerra na Palestina, que não é apenas um conflito religioso, entre palestinos e judeus.

2º Plano Estratégico: o Século da Biotecnologia

Analistas que estudam o futuro do processo de acumulação de capital dizem que as grandes empresas estão deslocando seus investimentos da indústria automobilística, que está quebrada e que

não tem possibilidade de ampliar o mercado, considerando o esgotamento do combustível fóssil em algumas décadas, para as empresas vão investir de biotecnologia e de geração de novos materiais.

As multinacionais, os maiores grupos, estão investindo nessa direção e a matéria prima fundamental para o desenvolvimento da biotecnologia e dos novos materiais é a natureza, a biodiversidade. Por isso, de novo, entra o Brasil: os EUA precisam controlar a Amazônia, controlar a biodiversidade da Amazônia como uma fonte de enriquecimento nas próximas décadas. Desta estratégia faz parte um segundo aspecto: a transformação da base de Alcântara, de 64 mil hectares, em São Luís, Maranhão, num enclave militar americano, sob a desculpa de necessidade de um local geograficamente privilegiado para lançar foguetes. Na verdade, a partir do domínio deste ponto, com a instalação de potentes equipamentos de monitoração, será possível o controle do acesso à biodiversidade da Amazônia. Adicionalmente, esse aparato pode articular-se ao SISVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) e, com a desculpa de combater o narcotráfico, concretizar os planos de invasão da Amazônia colombiana, já admitidos publicamente.

3º Plano Estratégico: a Implantação da ALCA.

A ALCA é mais do que um acordo comercial para reduzir tarifas alfandegárias. É

na verdade um grande plano estratégico, como muito bem explicou o General Colin Powell, o secretário de estado norte-americano: “A ALCA é a forma de garantirmos um território que vai do Alasca até a Patagônia, para que nossas empresas possam garantir seus interesses no comércio, no mercado, no controle de tecnologia, capital e serviços, e no acesso a riquezas”.

Como podemos perceber, a adoção da Alca é extremamente prejudicial ao Brasil e demais países da América Latina, cujas economias emergentes terão que concorrer com igualdade de condições com a economia mais forte do planeta. Além do mais, o acordo significará uma total perda de soberania destes países por força do cumprimento dos acordos internacionais.

A ALCA na verdade é um plano estratégico das empresas norte-americanas, através de seu governo, para impor seus interesses a todo continente e assim poder ter acesso a nossas riquezas, ao nosso território, à nossa biodiversidade, impor o dólar como moeda continental, ter acesso às licitações dos órgãos públicos, controlar nossa agricultura, nosso mercado, influir em nossa cultura. Ou seja, trata-se do plano de recolonização do Brasil e demais países latino-americanos, garantindo dessa forma um espaço econômico cativo para as empresas dos EUA, em prejuízo das européias e asiáticas.

DECLARAÇÃO DO JUBILEU SUL/AMÉRICAS

ALCA – DÍVIDA – MILITARIZAÇÃO: OS DESAFIOS PARA A EMANCIPAÇÃO HEMISFÉRICA



1. A Campanha “Soberania Sim, ALCA Não” entende a ALCA como uma estratégia dos Estados Unidos para a resolução do seu problema de superprodução. Ajuste, privatizações, liberalização comercial, abertura incondicional aos investimentos estrangeiros, patentes etc. são diferentes formas de:

a) Reorientar os produtos excedentes dos Estados Unidos aos países da América Latina.

b) Subordinar toda América Latina ao capital transnacional de base norte-americana, e

c) Criar um bloco regional dominado pelo Estados Unidos, capaz de enfrentar a competição da União Européia e do bloco asiático na disputa pela hegemonia econômica, geopolítica e cultural do mundo.

Para os países periféricos das Américas a ALCA representa um plano de apropriação, pela via produtiva e comercial, das riquezas geradas pelos nossos povos. Procura reduzir-nos definitivamente a consumidores dos produtos do Norte e provedores de recursos naturais, como soja, café, laranja, matérias primas, como minério de ferro ou bens manufaturados de baixo valor agregado. A ALCA se baseia numa filosofia de integração fundada no aumento das desigualdades, na superexploração e na incorporação produtiva e comercial dos nossos países aos EUA.



2. A dívida cumpre também um papel de apropriação dos excedentes dos nossos países pela via financeira.

A dívida externa é um mecanismo de exploração que subordina as nações periféricas a uma sangria permanente dos seus capitais, recursos naturais e riquezas. Reembolsada amplamente com acréscimo, a dívida transformou o continente em exportador de lucros. Fenômeno mais grave ainda se o analisamos em relação com o comércio desigual e os fluxos de repatriação de lucros das empresas transnacionais. O

pagamento de juros sobre juros e o crônico déficit comercial da América Latina e do Caribe geram o círculo vicioso do “quanto mais paga, mais deve” e reduzem os governos devedores à submissão frente às determinações dos agiotas internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC). Para pagarmos os juros, exigem que os recursos públicos para setores estratégicos, como educação e saúde, sejam diminuídos, o que provoca a deterioração insustentável de nossas economias, das condições de vida dos nossos povos e dos ecossistemas.

Nessa conjuntura, nossos países não têm soberania. O caráter impagável de grande parte da dívida da América Latina e do Caribe deve ser analisado em relação à sua ilegitimidade e exige medidas urgentes para frear a sangria e reanimar nossas economias. O resgate da dívida histórica, social e ecológica lança o desafio moral da reparação. Enfim, a dívida cumpre uma função essencialmente política de transferência do poder de decisão sobre as políticas econômicas aos governos dos países credores e seus “testas de ferro” multilaterais – FMI, Banco Mundial, OMC.



3. A militarização, por sua vez, funciona como garantia armada da:

a) hegemonia hemisférica e global dos Estados Unidos

b) perpetuação do modelo estruturalmente concentrador e excludente dirigido pelos Estados Unidos.

A ideologia do terror e da guerra está na raiz da expansão de bases militares norte-americanas na América Latina e Caribe, do aumento dos gastos militares e policiais e da ampliação dos serviços de espionagem e coleta de informações sobre os movimentos populares e os que se opõem à ordem imperial. A intensificação da repressão se faz num ambiente de crescente criminalização dos movimentos sociais.



4. A ALCA, o superendividamento e a militarização são três eixos estratégicos complementares de um só projeto de expansão e de consolidação do império norte-americano.

Os três estão a serviço de objetivos que se resumem na subordinação monetária do continente sob o dólar dos Estados Unidos, o saque, o controle e o usufruto dos nossos recursos naturais e genéticos e das nossas riquezas pelas empresas transnacionais, a incorporação produtiva e comercial das nossas economias e o domínio geopolítico do continente que converta os direitos à soberania nacional e popular e à autodeterminação em coisas do passado.

Nossa campanha procura apoiar-se nesta visão sistêmica e estratégica do desafio atual para propor como modelo a necessidade urgente de uma ruptura completa com o sistema de dominação presente, uma relação e uma globalização baseadas nos valores do respeito à diversidade cultural e nacional dos povos e na colaboração solidária entre eles. Propõe não somente a denúncia e a luta contra o projeto imperial que se expressa na ALCA, na dívida e na crescente militarização, mas também a construção concreta de uma integração alternativa baseada no direito dos povos ao desenvolvimento assim como a novos modelos de desenvolvimento respeitosos do meio ambiente, fundados na equidade de gênero e no respeito aos direitos humanos, e que sejam capazes de garantir uma existência humana digna para todas e todos num ambiente de justiça, irmandade e paz.

Quito, 25 de maio de 2002.

Assinam esta Declaração os participantes do Encontro da Campanha Jubileu Sul-Américas realizado em Quito, entre 23 e 25 de maio de 2002, procedentes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Haiti, República Dominicana e Venezuela.



Participação Popular Contra a ALCA

As negociações sobre o acordo da ALCA tiveram início em 1994 e têm prazo previsto para conclusão em 2005. Eles são realizados por integrantes da área econômica sem qualquer consulta à sociedade ou ao Congresso Nacional, atuando na defesa dos interesses dos grandes grupos econômicos. Daí entende-se o motivo da ausência desse debate na mídia.

Considerando as graves conseqüências para o povo brasileiro, as organizações da sociedade civil resolveram fazer uma grande consulta popular sobre se o Brasil deve participar da ALCA. Este plebiscito será realizado de 1º a 7 de setembro em todo o Brasil. Outros plebiscitos serão realizados em vários países do continente, buscando esclarecer sobre a ALCA e incentivar a sociedade a reagir contra sua implantação.

No Brasil, o plebiscito está sendo coordenado pela Campanha Jubileu Sul/Américas que é a continuidade da campanha internacional do Jubileu 2000, uma coalizção de Igrejas, sindicatos, organizações não governamentais e cidadãos que entendem que o processo de endividamento dos países periféricos é injusto e está inviabilizando sua existência e sobrevivência.

No ano de 1999, a Campanha organizou o Plebiscito Nacional da Dívida Externa, onde mais de seis milhões de brasileiros em sua quase totalidade disseram não à dívida, apontando a necessidade de realização de uma auditoria. Como conseqüência, um projeto de lei neste sentido tramita no Congresso Nacional. Da mesma forma, um outro projeto de plebiscito oficial sobre a ALCA também está tramitando naquela casa.

Mas para barrarmos a ALCA é fundamental que nos organizemos em comitês populares. O Comitê Popular pode se organizar no bairro, na igreja (evangélica, católica, etc...), na associação de moradores, no sindicato, no colégio, na universidade, etc. São espaços que promoverão para seu participante, formação sobre a ALCA, sua natureza e conseqüências, assim como difundirão a campanha, fazendo propaganda em praças públicas, programas de rádio etc.

Aqui na Região da Leopoldina já existe um grupo organizado, constituído durante o Encontro Estadual de Mobilização e Formação Contra a ALCA, realizado nos dias 04 e 05 de maio de 2002, que contou com a presença de quase 700 pessoas de todo o estado do Rio de Janeiro, e de diferentes segmentos (estudantes, religiosos, líderes comunitários, pesquisadores e etc.). Caso deseje fazer parte da Campanha na Leopoldina entre em contato com:

- Fernando/CEPEL: 2590-1998
- Fábio Douglas/CEASM: 2561-4604

Contato com a Campanha Nacional: Rua Glicério, 221,
Cep. 01514-000 – São Paulo-SP;
Fone/fax: (0xx11) 3341-0201;
site: www.jubileusul.hpg.com.br;
e-mail: jubileubrasil@caritasbrasileira.org ou
jubileubrasil@terra.com.br

10 razões para dizer não à ALCA.

- 1- A Alca vai concentrar mais renda e poder nas mãos das transnacionais americanas.
- 2- Vai tirar os direitos trabalhistas e as condições de trabalho.
- 3- Desintegrará a cultura própria de cada povo, pela pressão homogenizadora da mídia global.
- 4- Afetará a agricultura e a segurança alimentar dos povos.
- 5- Destruirá o meio ambiente. A biodiversidade da Amazônia será monopolizada pelas empresas americanas.
- 6- Subordinará as necessidades das pessoas ao jogo do mercado. E privatizará ainda mais os serviços públicos.
- 7- Acelerará a desnacionalização da economia do país e a quebra de médias e pequenas empresas. E vai reorganizar as economias latino-americanas para serem exportadoras de matérias-primas e de lucros das multinacionais que dominarão o mercado.
- 8- Implicará perda da soberania nacional e autodeterminação dos Estados – Nações.
- 9- Vai impor o dólar como moeda única.
- 10- Porque outra integração justa, soberana e solidária é possível, entre as Nações do hemisfério sul.

→ O Jornal SE LIGA NO SINAL ainda voltará nos próximos números a tratar do assunto ALCA, por entender que da possibilidade de outras abordagens e questões pertinentes a um tema de tão grande importância